

SILVEIRA, José Renato Ferraz da. A tragédia da política em Ricardo II. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

_____. A tragédia da política em Ricardo III. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2014.

STEINER, George. A morte da tragédia. Tradução de Isa Kopelman. São Paulo: Perspectiva, 2006.

WILLIAMS, Raymond. Tragédia Moderna. Trad. Betina Bischof. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

FEDERAÇÃO RUSSA: UMA ANÁLISE DE GÊNERO A PARTIR DA TEORIA QUEER

KEVIN HACLING A. GOMES⁷

RESUMO

O presente trabalho parte da premissa de que Estados são construções históricas que constituem famílias heteropatriarcais como unidades fundacionais e regulam as atividades sexuais a fim de garantir a continuidade intergeracional e a coesão societal, gerando como produto unidades fortes e homogêneas. (MISKILCI, 2009). Nota-se que a heteronormatividade é usada para justificar a criação e a manutenção do, segundo uma perspectiva Realista, o principal ator das relações internacionais: o Estado. Cruzando essa informação com a realidade russa, é evidente que aquele Estado foi fundado e mantido segundo a heteronormatividade. Ao ser analisada a composição do Estado russo fica perceptível que este é demasiado diferente dos Estados-nação que se formaram no Ocidente. A Rússia tem uma visão muito mais tradicional quanto às questões de gênero e sexualidade. O objetivo é analisar a ditadura da heteronormatividade que o existe na Rússia quando comparada a outros países, além de observar artifícios que o governo russo gera com o mesmo intuito. Serão analisadas questões de gênero e de sexualidade segundo a abordagem da Teoria Queer, e mostrar como essas categorias são construções sociais. A teoria Queer se propõe a “romper os espaços fixos e finitos da identidade, partindo do princípio de que a sexualidade não possui significados a priori, mas significados relacionais que se constroem, se imitam e são imitados.” (Talbut, 2005: 25)

A análise apoia-se na Teoria Queer das Relações Internacionais. Sendo uma teoria relativamente nova na Disciplina, a Teoria Queer é criada nos Estados Unidos em departamentos de Filosofia e Crítica Literária no fim da década de 1980. Tal teoria tem contribuído de forma incisiva na análise de questões de identidades sociais, gênero e sexualidade na Disciplina e de como tais questões são mecanismos de expressão individual que acabam por

⁷ Graduando do curso de Relações Internacionais na Faculdade ASCES em Caruaru, Pernambuco.

se tornar um dispositivo histórico de poder em sistemas de unidade e regulação social.

Como movimento, desafia o significado pejorativo da palavra – queer, do inglês estranho, esquisito, efeminado, bicha - inverte o sentido negativo do termo e contribui tanto para afirmar os direitos das diferentes opções sexuais como para minar, de dentro, um pensamento que encerra o outro em uma etiqueta, pretendendo-se a si mesmo invisível (Alcoba, 2005: 9)

Palavras-chave: Teoria Queer, gênero, sexualidade, normatividade

INTRODUÇÃO

É de conhecimento público que o governo da Federação Russa é opressor, ditatorial e ultraconservador no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade dentro do próprio país, mantendo a heteronormatividade como elemento constitutivo do mesmo. Aqui será discutido o que leva o governo e a população a cometerem atos de violência e sanção contra a minoria LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transexuais e Transgêneros – daquela nação; munindo-se da Teoria Queer. Analisar-se-á que existem construções sociais que acabam por legitimar certos tipos de opressão, principalmente no que tangencia as questões de gênero e sexualidade. “A construção do dispositivo ‘diferença sexual’, que traz consigo ao mesmo tempo a concepção de uma hierarquia entre os sexos (BOURDIEU, 1998) e a exclusão da homossexualidade (BUTLER, 2003).

Nota-se que a ideia de uma sociedade patriarcal e heterossexual é necessária à medida que é dessa forma que se mantém o Estado como uma unidade forte, incisiva e coesa. Isso se dá à medida da noção de perpetuação da espécie humana – que acontece através da relação heterossexual – e do sentimento de nacionalismo através de “expectativas compartilhadas sobre um comportamento apropriado ou legítimo por atores com uma identidade particular” (WILLIAMS, 2008). Do mesmo modo, da vontade de que o Estado-nação se perpetue e torne-se cada vez mais sólido. É a partir desses postulados mais tradicionais que se entende

o posicionamento da Rússia frente às questões de gênero e sexualidade e as atitudes tomadas por seu governo, munindo-se do poder que o acesso à governança oferece afim de reforçar as premissas heteronormativas e patriarcais.

Existe uma certa noção de “ordem procriativa”, que reatualiza um modelo dito “biológico”. [...] Nota-se que a tríade heterossexualidade/casamento/filiação permanece como a única referência possível para pensar a cultura ou a sociedade, sendo que a visibilidade, ou o reconhecimento civil do laço homossexual, se transforma numa ameaça do apagamento de fronteiras e de transgressões de limites. (ARÁN & CORRÊA, 2004)

O CASO LGBT NA RÚSSIA

A Rússia é mundialmente conhecida por não lidar bem com a homossexualidade. O governo e a parcela conservadora da sociedade reprimem com violência qualquer tipo de manifestação pública de homoafetividade. Muitos gays e lésbicas são demitidos do trabalho; são presos em protestos, espancados e assassinados. Isso tem se tornado cada vez mais presente na vida desses que tangenciam a heteronormatividade. Analisando essa realidade com a ajuda das lentes da Teoria Queer, nota-se que este é um problema que diz respeito à visibilidade. Ou seja, o problema é a exposição pública, o conhecimento por parte da massa civil de que existem categorias de gêneros que estão além da heterossexualidade.

É como se a sociedade tolerasse essa prática efetivo-sexual, contando que esta não colocasse em questão os pilares da ordem sexual vigente, e permanecesse à sombra do que se pretende a norma: a família nuclear e a heterossexualidade. Os homossexuais seriam vítimas pelo o que é chamado de “negação da existência pública visível”. (ARÁN & CORRÊA, 2004)

Essa tentativa de ocultação da comunidade LGBT deve-se, segundo a Teoria Queer, à tentativa de perpetuar o Estado-nação como uma unidade forte e consolidada. Tendo em mente que

o Estado é o principal ator das Relações Internacionais – segundo correntes mais tradicionais da Disciplina –, fica fácil entender a preocupação que existe em mantê-lo íntegro, a fim de continuar tendo acesso ao poder que a soberania estatal oferece. Essencialmente, percebe-se que existe a ideia de que é através da regulação das atividades sexuais da população que se tem um mecanismo de manutenção da integridade estatal e garantia de poder soberano. Este é um dos motivos, segundo o embasamento teórico Queer que leva a Rússia a sancionar de forma tão incisiva e injusta os gêneros que tangenciam a heterossexualidade.

Autoridades russas tem rotineiramente negado autorizações para as paradas do orgulho LGBT, intimidado e prendido ativistas LGBT e proferido declarações anti-LGBT por funcionários do governo. A ILGA-Europa (a seção europeia da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex, em português), classificou em 2014 a Rússia como o país com menos proteção na Europa para os cidadãos LGBT, classificando-a na posição 49 dos 49 países europeus avaliados em sua pesquisa anual. A lei federal que penaliza a “propaganda homossexual”, de junho de 2013, se concentra em categorizar as relações sexuais homoafetivas como “não-tradicionais” e que contrastam com os “valores tradicionais” ou “família tradicional”, termos que a Rússia está promovendo nas Nações Unidas se opondo a declarações de apoio aos direitos humanos das pessoas LGBT. Essa lei classifica como propaganda homossexual aquela onde há a “distribuição de informação que tem como objetivo a formação entre menores de atitudes sexuais não-tradicionais [...]”.

Com a ideia de manter o Estado como unidade detentora do poder e dar continuidade à espécie humana – perpetuação biológica, o governo russo legitima certos mecanismos opressores e que tentam, direta ou indiretamente, manter a heteronormatividade. O movimento nacionalista russo reproduz o privilégio heterossexista e a opressão à minoria LGBT. Isso fica explícito à medida que se observam as forças de sanção aplicadas pelo governo daquele país. Na Rússia, a lei que torna crime a “propaganda da homossexualidade” junto de menores não é apenas uma ideia do presidente Vladimir Putin — é

realmente apoiada pela população. Isso demonstra a existência do pensamento que, à medida que se diminui a propaganda LGBT, tem-se a ideia de que se diminui a probabilidade de difusão e ascensão dessa minoria e, assim, a heteronormatividade é mantida e a reprodução biológica humana é garantida. Mais uma vez fica evidente o problema que a visibilidade LGBT causaria caso viesse à tona. Esta minoria “deve” manter-se à sombra da normatividade heterossexual não para viver em harmonia com suas liberdades individuais e de identidade, mas sim tentar sobreviver.

O Estado como instituição reproduziu esses mecanismos opressores ao longo da história, tendo pontos mais incisivos do que outros. Interessante observar que esses mecanismos de tentativa de controle da heteronormatividade e as sanções que a minoria LGBT sofre não partem apenas do poder legítimo oriundo do Estado russo. Nota-se que de tanto reprimir os não-heterossexuais, a maior parte da massa civil passou a vê-los como queer: estranho, excêntrico, esquisito (vocábulo inglês utilizado de forma pejorativa). É a partir dessa visão de que a minoria LGBT é a “estranha” que a sociedade começa a, de sua forma, sancioná-los. Isso fica evidente quando se observa o relato de diversos gays, lésbicas e outros gêneros que fugiram do Estado opressor e ortodoxo russo. Também não é difícil encontrar na Internet vídeos e fotografias nos quais as imagens são os LGBT sendo reprimidos de diversas formas pela parcela conservadora da Rússia: Espancamento, bullying, humilhação pública e diversos outros tipos de sanção.

Sinteticamente, pessoas que tangenciam a heteronormatividade são fora-da-lei não só para o poder legítimo (governo), mas também para parte da população. Os relatos daqueles que sofrem essas sanções são fortes e impressionam. A fotógrafa britânica Anastasia Ivanova viajou até a Rússia, para saber como vivem os casais homossexuais sob um regime tão cruel, resultando no ensaio *From Russia With Love*, que registra suas histórias, medos e anseios. Abaixo, seguem alguns dos relatos da minoria LGBT e quais são seus sentimentos em relação às sanções que sofrem:

“Os gays não têm quaisquer direitos legais na Rússia. Com a nova lei, nossas relações estão

em algum lugar entre o legal e o ilegal. É tudo muito triste. Neste momento, o nosso futuro é incerto.” (Irina, 27 e Antonina, 31 anos)

“[...] Nós não queremos guerra ou revolução, queremos viver abertamente.” (Kate, 29 e Nina, 32 anos)

“A situação dos direitos humanos na Rússia parece estar a piorar com o tempo. Gostamos de acreditar que um dia o país vai ser livre e feliz, mas na realidade as políticas que nosso governo está tentando implementar não parece ser aquelas que levam a um futuro brilhante.” (Katerina, 20 e Zhanna, 25 anos)

“Às vezes, nossos amigos gays na Alemanha, Estados Unidos ou Inglaterra falam sobre suas vidas, e sentimos como se estivessem em outro mundo. Sem dúvida, eles pensam o mesmo sobre nós. Nosso futuro é simples. Devemos ir embora.” (Olgerta, 54 e Lisa, 48 anos)

“Só expressamos afeto quando estamos certos de que as pessoas ao nosso redor são tolerantes. Não há direitos dos homossexuais na Rússia. Por enquanto, só queremos viver.” (Olga, 31 e Ulia, 28)

Fica explícito nesses relatos que a heteronormatividade é algo que dificulta a vida daqueles que são da minoria LGBT na Rússia. As sanções são evidentes – mesmo aquelas que partem da massa civil. A tentativa de ocultação dos ditos queer é evidente. Aqui faz-se a relação com a Teoria Queer.

A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SOCIAIS

As identidades dos indivíduos são construídas a partir da interação humana, ao se compartilhar objetivos, regras e valores, entre outros, exercendo uma influência considerável sobre a motivação das pessoas dentro de uma realidade particular.

Segundo Dupuis (1996), são os indivíduos que, por meio de suas ações, contribuem para

a construção de sua sociedade. Entretanto, os indivíduos agem sempre dentro de contextos que lhes são preexistentes e orientam o sentido de suas ações. A construção do mundo social é, assim, mais a reprodução e a transformação do mundo existente do que sua reconstrução total. Para Berger e Luckmann (1983) a vida cotidiana se apresenta para os humanos como realidade ordenada. Os fenômenos estão pré-arranjados em padrões que parecem ser independentes da apreensão que cada pessoa faz deles, individualmente. “O processo [de construção do mundo social] se automatiza, torna-se quase insensível, intangível às vezes” (RIBEIRO, 1998)

É por meio desse compartilhar da realidade que as identidades dos indivíduos são construídas, ao se comunicar aos membros, de forma tangível, um conjunto de normas, valores e concepções que são tidas como certas no contexto organizacional. Ao definir a identidade social dos indivíduos, o que se pretende é garantir a harmonia e manutenção do que foi aprendido na convivência.

Com o intuito dessa manutenção do que foi aprendido na convivência e com a intenção de permanência de uma realidade que é tida como correta e indubitável, percebe-se que a Rússia – como governo e instituição jurídica detentora de poder – procura artificios que garantam essa realidade, essa normatividade e coesão societal. Essa tentativa de manutenção da heteronormatividade e da família patriarcal acarreta numa deslegitimação, por assim dizer, de identidades que estão para além dessa realidade. Mais uma vez, faz-se a ligação com a Teoria Queer que afirma que existe a tentativa de ocultação da categoria “transgressora” não-heterossexual. Essa ocultação tenta manter um estereótipo de identidade e a realidade tida como correta e a diminuição das identidades que são vistas como patológicas e não-normativas.

Nota-se, portanto, que a construção da identidade como pré-requisito normativo é dotado também de um objetivo político. Ou seja, essa normatividade, essa tentativa de padronização/uniformização da sociedade russa é, sobretudo, uma tentativa política com o objetivo de que a heteronormatividade seja sólida de forma a perpetuar a espécie humana e da manutenção do Estado como unidade detentora de poder seja não só mantida, mas perpetuada.

Para Wittig (apud Butler, 1990), “aquilo que acreditamos ser uma percepção física e direta é só uma construção mítica e sofisticada, uma ‘formação imaginária’ que reinterpreta as características físicas”.

Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo político, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de um conjunto de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga. (Butler, [1990] 2008: 213)

Em outras palavras, percebe-se que a construção das identidades heterossexuais é apresentada não somente como natural – através do discurso da normatividade – mas também como necessária. Na Rússia e em outros Estados heteronormativos e ortodoxos no tocante à questão de gênero, qualquer manifestação que subverta essa lógica ou passa a ser considerada impensável, ou é vista como uma ameaça para a sobrevivência da própria sociabilidade. Muitas vezes chega-se a considerar os gêneros que tangenciam a heteronormatividade uma verdadeira ameaça para a cultura de coesão e a sobrevivência da espécie.

O DISCURSO DA MORAL E DO SÍMBOLO

Nota-se que na Rússia e em outros Estados ortodoxos quanto às questões de gênero, “fala-se da necessidade de uma ‘preservação simbólica’ da sociedade e da cultura” (ARÁN & CORRÊA, 2004)

Esta argumentação parte do pressuposto que dar o estatuto de igualdade a indivíduos/casais homossexuais e heterossexuais levaria ao perigo de uma suposta “dessimbolização”, um “apagamento da inscrição da diferença sexual”. Ou seja: Se o status daqueles que tangenciam a heterossexualidade for o mesmo daqueles que, de fato, pertencem a essa normatividade, tem-se a noção de que irá ocorrer um lastro na cultura, quase como um incentivo à massa civil de que estes se “tornem”, por exemplo, gays e lésbicas. O símbolo do heterossexual é importante em

tais sociedade, pois é ele que garante o status de sociedade moral, séria, patriarcal e normativa.

Nenhuma sociedade pode deixar de distinguir os homens das mulheres, as crianças dos adultos, e certamente o sexual do não-sexual. A razão pela qual o casal homossexual não teria acesso ao casamento é que esta é a instituição que inscreve a diferença de sexos na ordem simbólica, ligando casamento e filiação”. É para preservar “o simbólico”, assegurado mais do que nunca pelas normas jurídicas [ou seja, normas positivadas], que, independentemente de situações de fato, a tríade heterossexualidade-casamento-filiação deve permanecer como a única referência visível, no tocante às relações entre os sexos. (THÉRY, 1997, p. 173)

De forma a buscar a preservação da cultura e dos “bons costumes” normativos, é veiculada a ideia de que é necessário a preservação, por exemplo, da instituição casamento. Existe assim um modelo vertical e hierárquico transcendente: a lei, a família e o Estado. “Atitudes negativas em direção à homossexualidade e aos direitos gay são, também, correlatos com atitudes tradicionais ligadas às regras de gênero, conservadorismo político, forte religiosidade e autoritarismo psicológico [do saber científico].” (HEREK, 2000)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do viés da Teoria Queer, nota-se que a opressão que a minoria LGBT sofre tanto na Rússia como em outros exemplos de Estados deve-se, sobretudo, à manutenção do Estado como um ator detentor do poder, e com o intuito da perpetuação da espécie humana através da heteronormatividade como dispositivo que fortalece o Estado como instituição, gerando como produto a coesão societal. Observa-se também a importância do símbolo e da tentativa de tornar invisível aqueles que são não-heterossexuais através da tentativa de ocultação destes. Portanto nota-se que “a sexualidade é, sobretudo, um dispositivo histórico de do poder que insere o sexo em sistemas de unidade e regulação social. [...] A Teoria Queer permite observar que a sexualidade desempenha, em in-

teração com a etnicidade e outras categorias, um papel na construção de hierarquias em processos de militarização, nacionalização e redefinição de identidades estatais. ” (DE JESUS, 2014)

A heterossexualidade, portanto, poderia não ser uma “preferência”, mas algo que é imposto, gerido, organizado e mantido pela força. Percebe-se que a tentativa dessa heteronormatividade causa um dano não apenas às pessoas que tangenciam essa categoria, mas sim a toda a sociedade que acaba não refletindo, de fato, todas as identidades que a compõe, além de um desrespeito aos valores universais assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em suma, a Teoria Queer busca analisar e estabelecer críticas às questões dos papéis de gênero e suas respectivas construções. Os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos tratam, por fim, da autonomia sobre o corpo, domínio em que o Estado não deve intervir senão garantindo a segurança dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALCOBA, Ernest. Prólogo a la edición española. In Talburt, Susan. y Steinberg, Shirley R. (eds.) *Pensando Queer: sexualidad, cultura y educación*. Barcelona: Editorial Graó, 2005.

ARÁN, Márcia & CORRÊA, Mirilena. (2004) *PHYSIS: Ver. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 14 (2): 329-341

BERGER, P., & LUCKMANN, T. (1983). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento* (5th ed.). Petrópolis: Vozes.

BOURDIEU, P. Quelques questions sur le mouvement gay et lesbien. In: *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998. p. 129-134

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

DE JESUS, Diego Santos Vieira. *Revista Ártemis. O mundo fora do armário: Teoria Queer e Relações Internacionais*. 2014

DUPUIS, J. (1996). *Antropologia, cultura e organização: proposta de um modelo construtivista*. In: J. Chanlat, (Coord.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas* (Vol. 3, pp. 231-251). São Paulo: Atlas.

HEREL, D. M. The psychology of sexual prejudice. *Current Directions in Psychological Science*, 9, 19-22. 200

Série “From Russia With Love” coletou depoimentos de casais homossexuais na Rússia. Disponível em: <<http://www.hypeness.com.br/2013/11/ensaio-mostra-como-vivem-casais-lesbicos-na-russia/>> Acesso em: 26/11/2014

TALBURT, Susan. *Introducción: contradicciones y posibilidades del pensamieto queer*. In Talburt, Susan. Y Steinberg, Shirley R. (eds.) *Pensando Queer: sexualidad, cultura y educación*. Barcelona: Editorial Graó, 2005.

The Facts on LGBT Rights in Russia. Disponível em: <<http://www.globalequality.org/newsroom/latest-news/1-in-the-news/186-the-facts-on-lgbt-rights-in-russia>> Acesso em: 06/09/2015

THÉRY, I. Le contrat d’union sociale en question. *Esprit*, Paris, p. 159-187, Oct. 1997.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Política: quem manda, por que manda, como manda*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Nova Fronteira, 1998.

WILLIAMS, Paul D. *Security Studies: an introduction*. London/ New York: Routledge. 2008.